**A EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO E OS SEUS RETROCESSOS**

Francisco de Assis da Costa[[1]](#footnote-1)

**RESUMO**

Após décadas e décadas de total descaso em relação à educação, desde meados dos anos de 1988 houve uma evolução de vários indicadores educacionais no Brasil. Nesse período, foi praticamente universalizado o acesso ao ensino fundamental, e houve uma expressiva expansão do ensino médio. No entanto, a qualidade da educação ainda é muito ruim. O presente artigo visa traçar a trajetória da evolução do Sistema Educacional Brasileiro e os seus Retrocessos, enfatizando alguns desafios a partir de meados dos anos de 1988. Para tanto, optamos pela pesquisa bibliográfica eletrônica, tomando por base o Método Histórico. Justifica-se o tema abordado porque apesar dos inúmeros avanços nos mais diversificados setores educacionais, bem como na legislação brasileira, a realidade mostra um grande abismo entre o que diz a lei e o cotidiano da escola brasileira. Esperamos que este trabalho alerte nossos governantes sobre a necessidade de promover uma educação de alto nível no País, uma vez que está assegurado em nossa Constituição Federal em seu artigo 205, que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, e de alguma maneira contribua para desencadear no leitor, uma reflexão sobre os assuntos aqui tratados, tornando-o solidário no compromisso da busca para soluções de tão relevantes problemas.

Palavras- chave: Avanços. Desafios. Retrocessos. Sistema Educacional.

**SUMMARY**

After decades and decades of total disregard for education, since the mid-1988s there has been an evolution of several educational indicators in Brazil. During this period, access to primary education was practically universalized, and there was a significant expansion of secondary education. However, the quality of education is still very poor. The present article aims at tracing the evolution of the Brazilian Educational System and its Retrogresses, emphasizing some challenges from the middle of the years of 1988. For this, we chose the electronic bibliographic research, based on the Historical Method. The issue is justified because despite the numerous advances in the most diversified educational sectors, as well as in Brazilian legislation, reality shows a great gap between what the law says and the daily life of the Brazilian school. We hope that this work will alert our leaders to the need to promote a high level education in the country, since it is guaranteed in our Federal Constitution in its article 205, that education is the right of everyone and the duty of the State and the family, and In some way contribute to unleash on the reader a reflection on the subjects here treated, making it solidary in the commitment of the search for solutions of such relevant problems.

Keywords: Advances. Challenges. Setbacks. Educational system.

**Introdução**

Do ponto de vista histórico, falar da evolução do Sistema Educacional Brasileiro e seus Retrocessos, não é tarefa das mais fáceis, uma vez que precisaríamos recorrer aos registros do século XVI sobre o assunto. Sendo assim, aborda-se o referido assunto, situando-o a partir de meados dos anos de 1988.

Quando se fala em educação, a imagem do Brasil não é das melhores. Principalmente quando se decide compará-lo com Países mais desenvolvidos.

Entretanto, é inegável os avanços no setor conquistados pelo Brasil, especialmente a partir dos anos de 1988, com a institucionalização do Regime Democrático, onde foram ratificados relevantes instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos, como os Pactos Internacionais – O dos Direitos Civis e Políticos e o dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Segundo o Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, cabe aos Estados assegurar a educação como direito, respeitando a liberdade dos pais em escolher o gênero de escola, assegurando um padrão mínimo pré-escrito e aprovado.

Nesse período, houve uma evolução de vários indicadores educacionais no Brasil. Podemos citar a quase total universalização do acesso ao ensino fundamental e a expressiva expansão do ensino médio. No entanto, a qualidade da educação ainda é muito ruim.

Dessa maneira, o presente artigo tem como objetivo traçar a trajetória da evolução do Sistema Educacional Brasileiro e os seus Retrocessos, a partir de meados dos anos de 1988.

Este trabalho justifica-se porque apesar dos inúmeros avanços nos mais diversificados setores educacionais, bem como na legislação brasileira no que diz respeito ao acesso à educação de qualidade para todos a realidade mostra um grande abismo entre o que diz a lei e o cotidiano da escola brasileira.

Para o desenvolvimento desse trabalho optamos pela pesquisa bibliográfica eletrônica, tomando por base o Método Histórico, já que são através desses registros que podemos analisar os pontos altos e baixos do nosso Sistema Educacional.

Do desenvolvimento dessa questão originou-se o presente artigo, dividido em duas partes. Na primeira fazemos uma apresentação, ainda que resumida dos avanços mais significativos do Sistema Educacional Brasileiro. Na segunda parte, mostramos os retrocessos enfatizando os desafios a serem superados.

1. **Avanços significativos**

Quando se fala em educação, a imagem do Brasil não é das melhores. Principalmente quando se decide compará-lo com Países mais desenvolvidos. Assim falou, um dos responsáveis pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA, Andreas Schleicher, durante o “Seminário PISA e PIAAC: Melhores Competências, Melhores Empregos. PIAAC – Programa para Avaliação Internacional das Competências dos Alunos”. Realizado em Brasília em abril do ano passado.

Entretanto, é inegável os avanços no setor conquistados pelo Brasil, especialmente a partir dos anos de 1988, com a institucionalização do Regime Democrático, onde foram ratificados relevantes instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos, como os Pactos Internacionais – O dos Direitos Civis e Políticos e o dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Segundo o Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, cabe aos Estados assegurar a educação como direito, respeitando a liberdade dos pais em escolher o gênero de escola, assegurando um padrão mínimo pré-escrito e aprovado.

O maior objetivo do governo brasileiro em meados de 1980 em relação à educação era reduzir o número de analfabetos, ampliando vagas e melhorando o acesso ao ensino básico e fundamental.

Hoje as estatísticas mostram que o número de analfabetos representa 2,5% da população contra os 20% em 1985. E, que a evasão escolar também diminuiu em cerca de 17%.

Em 1996, implementou-se a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais – LDBN, conjunto de normas que regulamenta a atividade no País. A LDBN, ajudou a normatizar processos relacionados ao ensino e tornou obrigatório, por exemplo, que toda criança a partir dos quatro anos de idade esteja matriculada na educação infantil, sendo a matrícula um dever dos pais. Cabendo ao governo estadual e municipal, no caso do Sistema Público de Ensino, oferecer vagas suficiente para todos.

Ainda, em 1996, tivemos a aprovação do primeiro fundo redistributivo de natureza contábil, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF. Que redefiniu o financiamento da educação.

Atualmente, o FUNDEF, que atendia a 32 milhões de alunos, foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB, que foi discutido, durante o ano de 2004, com Estados, Municípios e a Sociedade Civil e, desde 2005 está beneficiando 48 milhões de alunos em todo País.

Vale ressaltar ainda, a recente aprovação do Plano Nacional de Educação-PNE, para o decênio 2014 – 2024. Que certamente, resulta das experiências e das valiosas lições que coletamos do primeiro PNE, aprovado por Lei no ano de 2001, para atender ao período de 2001 a 2010.

1. **Retrocessos**

No ano de 2000, foi realizado o 1° Fórum Mundial da Educação, em Dacar, no Senegal. 164 países, firmaram o compromisso Educação para Todos – EPT. O documento estabeleceu objetivos e metas para que todos os seus signatários, entre eles o Brasil, avançassem na garantia do direito humano à educação para todos e todas.

Foram seis os objetivos estabelecidos nesse Fórum:

1. Ampliar e aperfeiçoar os cuidados e a educação para primeira infância, especialmente no caso das crianças mais vulneráveis e em situação de maior carência;
2. Garantir educação primária gratuita, obrigatória e de qualidade para todas as crianças;
3. Promover acesso equitativo a programas de educação de jovens e adultos;
4. Aumentar em 50% os níveis de alfabetização de adultos, especialmente no que se refere às mulheres;
5. Eliminar as disparidades de gênero na educação primária e secundária;
6. Melhorar todos os aspectos da qualidade de educação.

De acordo com o 11° relatório de monitoramento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura-UNESCO, que monitora as metas, o Brasil está entre os 53 países que não atingiram os objetivos, com especial dificuldade na redução do analfabetismo e na melhoria da qualidade do ensino.

Analisando a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – Pnad de 2008, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, afirmando que o analfabetismo no Brasil manteve-se praticamente estável entre 2007 e 2008, atingindo pouco mais de 9% da população do Nordeste. Quase um quinto das pessoas com 15 anos ou mais são analfabetas. Na faixa acima de 25 anos, o percentual daqueles que não sabem ler nem escrever chega a um quarto do total.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, mantém um ranking da educação em 36 países, no qual o Brasil atualmente amarga a penúltima posição, à frente somente do México. Como critérios avaliados pela Organização, estão o desempenho dos alunos no Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA, a média de anos que os alunos passam na escola e a porcentagem da população que está cursando ensino superior. As avaliações do PISA, acontecem a cada três anos, abrangendo três áreas do conhecimento – Leitura, matemática e ciências.

Em 2013, 21,5% dos professores brasileiros que davam aulas nos anos finais do ensino fundamental (6° e 9°) ano não fizeram ensino superior. Dos profissionais em sala de aula nessa fase de ensino, 35% não são habilitados para dar aula, ou seja, não fizeram licenciatura. Os dados são do Censo Escolar e foram compilados pela Organização Não Governamental - ONG Todos pela Educação.

No ensino médio, 22,1% dos professores brasileiros não fizeram licenciatura. São administrativos, advogados ou profissionais com alguma formação de ensino superior que estão na escola dando aulas de Física, Química, Matemática e Educação Física entre outras.

De acordo com a LDB, todos os docentes de ensino fundamental e médio deveriam ter diploma de ensino superior em pedagogia ou uma licenciatura para estar em sala de aula. No entanto, o Brasil ainda não conseguiu superar o déficit de formação do professorado.

Os estudos mostram que se por um lado, o governo conseguiu melhorar por exemplo a oferta de vagas, por outro, o Sistema Educacional do País está envelhecido, ultrapassado e não acompanha o ritmo do novo milênio. Não basta criar e otimizar testes que avaliam o desempenho dos estudantes, é preciso estimular e promover o crescimento de cada aluno no dia a dia.

E, por falar em aluno, a OCDE, aponta o Brasil como um dos países que menos investe financeiramente em seu alunado. Enquanto a Rússia gasta U$ 4.100 por aluno, e países como a Suíça e Estados Unidos investem mais de U$ 10.000 por aluno. O Brasil gasta apenas U$ 2.751 por aluno por ano no Ensino Médio.

Esse é apenas um dos problemas da educação brasileira. Vejamos mais alguns:

Segundo o Pnad, divulgada em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, ainda há mais de 3,3 milhões de crianças de 4 a 17 anos fora da escola.

O Brasil até cria a matrícula, mas mostra-se ineficiente na manutenção e permanência desse aluno na escola. Pois para manter o aluno na escola é preciso investir também no professor, pagando-lhe salário adequado garantindo um plano de carreira, assim como as condições necessárias para a relação de ensino e aprendizagem.

O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2012, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, alerta para o alto índice de evasão no Brasil (24,3%), a terceira maior taxa de abandono escolar entre os países com maior Índice de Desenvolvimento Humano-IDH.

Em 2013, uma pesquisa do Pnad, estimou que a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais é de 8,7%, o que corresponde a 13,2 milhões de analfabetos no país. Pela primeira vez desde 1997, o número de pessoas que não sabem ler e nem escrever parou de cair.

Há também pessoas que sabem ler frases simples, mas não interpretam ou utilizam textos mais complexos. O indicador de Analfabeto Funcional do Instituto Paulo Montenegro, mostra que esse era o caso de 27% da população entre 15 e 64 anos em 2012.

Henrique Paim ex-ministro da Educação, afirmou que é no Ensino Médio, onde reside o setor de maior desafio. “Nosso problema, na realidade, é de qualidade e de inclusão. Logo no primeiro ano do Ensino Médio, o índice de reprovação é de 30%, fator que está relacionado também à evasão escolar. De 1997 pra cá, conseguimos a inclusão de 5 milhões de estudantes. Fazer essa inserção com qualidade é o desafio”. O ex-ministro Cid Gomes reiterou essa questão: “entre todos os grandes desafios da Educação no Brasil, melhorar a qualidade do ensino médio é um dos maiores.”

Outra questão a ser elencada, é a importância da valorização docente, que é um consenso entre profissionais e especialistas em Educação. Um ensino de qualidade depende em grande parte do papel dos professores na formação dos alunos.

Apesar de conquistas como a Lei do Piso, que determina valores de salário e carga horária dos docentes, os salários dos professores brasileiros estão muito abaixo da média de profissionais com a mesma qualificação.

A questão não se limita à carreira e ao salário. A formação inicial e continuada, pós-graduação, especialização, cursos e etc, dos professores é também um aspecto fundamental da valorização docente.

**Conclusão**

Não há dúvidas quanto aos avanços alcançados na educação brasileira na atualidade, sobretudo, pelo que constatamos ao observarmos o conjunto de reformas ocorridos a partir dos anos de 1988. Entretanto, muitos são os desafios que seguem em aberto, sobretudo, para a concretização de uma educação com qualidade e equidade para todos os brasileiros.

Nesta visão, ressalta-se o convite a um reencantar da educação no que cerne o papel da escola e do professor no processo de construção do conhecimento, visto que, num contexto de mudanças na qual nos encontramos e em que a globalização está em evidência, não basta apenas preparar o aluno para sobreviver, mas sim formá-lo no sentido de que possam fazer parte; atuando como sujeitos que buscam permanentes mudanças. Mudanças essas que, revisam e repensam a educação no benefício dos indivíduos que utilizam o sistema educativo no contexto social.

Portanto, vê-se um ideal de educação, mas que para tanto, faz-se necessário abolir o atual sistema tradicional de ensino, tornando o aluno cada vez mais consciente da importância de refletir, raciocinar e não se portar em sala de aula como um mero expectador, fazendo-o participativo e o induzindo a buscar valores que o dignifique perante a sociedade.

Por fim, esperamos que este trabalho alerte nossos governantes sobre a necessidade de promover uma educação de alto nível no País, uma vez que está assegurado em nossa Constituição Federal em seu artigo 205, que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, e de alguma maneira contribua para desencadear no leitor, uma reflexão sobre os assuntos aqui tratados, tornando-o solidário no compromisso da busca para soluções de tão relevantes problemas.

**Referências**

[www.acaoeducativa.org.br/](http://www.acaoeducativa.org.br/) Acesso em: 19.12.2015

[www.appprova.com.br/2015/04/02](http://www.appprova.com.br/2015/04/02). Acesso em: 16.12.2015

[www.blogeducacao.org.br/2011/01/especialistas-debatem-os-avancos-e-desafios-da-educacao-brasileira/](http://www.blogeducacao.org.br/2011/01/especialistas-debatem-os-avancos-e-desafios-da-educacao-brasileira/). Acesso em: 23.12.2015

[www.brasil.gov.br/educacao/2014/03/dados-do-censo-escolar-2013-estao-disponiveis-para-consulta](http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/03/dados-do-censo-escolar-2013-estao-disponiveis-para-consulta). Acesso em: 19.12.2015

[www.deputadoantoniobulhoes.com.br/index.php](http://www.deputadoantoniobulhoes.com.br/index.php)? Acesso em: 14.12.2015

[www.educacao.uol.com.br/noticias/2014/04/23](http://www.educacao.uol.com.br/noticias/2014/04/23). Acesso em: 15.12.2015

www.educarparacrescer.abril.com.br/indicadores/educacao-brasileira-numeros-850741.shtml

brasil.elpais.com/brasil/2014/04/29/sociedad/1398794954\_534927.html. Acesso em: 16.12.2015

[www.ibge.gov/home/estatistica/populacao/.../pnad2008/](http://www.ibge.gov/home/estatistica/populacao/.../pnad2008/) Acesso em: 15.12.2015

portal.inep.gov.br. Acesso em: 21.12.2015

portal.mec.gov.br. Acesso em: 21.12.2015

[www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 14.12.2015

[www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/137/137](http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/137/137). Acesso em: 20.12.2015

www12.senado.leg.br. Acesso em: 15.12.2015

[www.veja.abril.com.br/blog/impavido-colosso/](http://www.veja.abril.com.br/blog/impavido-colosso/) Acesso em: 18.12.2015

1. Francisco de Assis da Costa. Pedagogo pela Universidade Estadual Vale do Acaraú(UVA). Especialista no Ensino de Matemática pela Universidade Estadual do Ceará(UECE). Mestrando pela Anne Sullivan University. E-mail: assisdoquixere12@gmail.com [↑](#footnote-ref-1)